

SOCIALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL: INTERFACE ENTRE FORJAR E NEGOCIAR OUTRO SER

Marilândes Mól Ribeiro de Melo*
Ione Ribeiro Valle**

Resumo: Objetivamos, neste artigo, compreender algumas abordagens sobre os conceitos de socialização e socialização profissional. Estes se desdobraram com a necessidade do trato com profissão e a profissionalização, por se fundirem e serem fundamentos para o entendimento do que seja socialização profissional. É sob o aspecto subjetivo que se constitui a efetiva identificação e adesão aos grupos e às profissões. É o processo de passagem de uma condição para outra, de construção das distintas nuances que compõem o ser, com todas as implicações deste processo. Como ocorre o processo de socialização? E o processo de socialização profissional? Quais os principais fatores que neles interferem? Que relações podem ser estabelecidas entre os campos da formação e da prática? O que assegura a mobilidade e a distribuição no interior dos processos de socialização e de socialização profissional? É sobre tais indagações que este escrito se propõe a refletir, considerando que é dos resultados das negociações que emergem as identidades daqueles que se comprometem ou são por elas comprometidos.

Palavras-chave: Socialização. Socialização profissional. Profissão. Profissionalização.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) desta Instituição; Rua Visconde de Ouro Preto, n. 207, Bairro Centro, Florianópolis, SC, 88020-040; marilandesmel@bol.com.br

** Professora do Centro de Ciências da Educação na Universidade Federal de Santa Catarina; bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq; Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes, Paris V Sorbonne (2001); Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2; Rua Duarte Schutel, n. 233/601, Bairro Centro, Florianópolis, SC; 88015-640; ionevalle@ced.ufsc.br

Socialization and professional socialization: interface between forging and negotiating another being

Abstract: *In this paper we aim at understanding some approaches to socialization and professional socialization concepts. These have unfolded due to the need of dealing with profession and professionalization, by fusing and being the understanding foundation of what is professional socialization. It is under the subjective aspect which constitutes effective identification and adhesion to membership groups and professions. The transition process from one condition to another; construction of the different nuances that make being with all the process implications. How does socialization process develop? And professional socialization process? What are the main interfering factors? What relationships can be established between training fields and practice? What ensures mobility and distribution within socialization and professional socialization processes? These questions are debated on this writing since from negotiations emerge the identities of those who undertake or are committed by them.*

Keywords: *Socialization. Professional socialization. Profession. Professionalization.*

1 INTRODUÇÃO

O fim dos anos 1960 e o começo dos 1970 foram marcantes nas possibilidades de entender como se processa o fenômeno da socialização e da socialização profissional, temas sobre os quais nos deteremos, mais acuradamente neste trabalho. Pretendemos pensar, inicialmente, em algumas possibilidades do entendimento do conceito de socialização, o que permitirá pensar em socialização profissional, uma premência nas sociedades modernas. O que impulsiona explorar socialização profissional é o “[...] desenvolvimento e a importância estratégica crescente das profissões.” (DUBAR, 2005, p. 171). O autor reconhece a existência de “[...] uma longa tradição na sociologia das profissões” (DUBAR, 2005, p. 172) e destaca distinções entre a tradição europeia e a estadunidense no estudo das profissões. A primeira especialmente representada por Durkheim na sociologia francesa, por Weber e Marx e Engels na sociologia alemã, e a segunda exponenciada por Carr-Saunders, Flexner e Talcott Parsons.

Neste escrito não escavaremos os fundamentos destas tradições, mas veicularemos algumas ideias sobre socialização na perspectiva clássica, representada por Émile Durkheim, da tradição francesa, que atribuía ao processo de so-

cialização a competência de garantir o saber e a moral, no aspecto mais geral, de forjar o ser social à consciência coletiva, que é produzida pelo que está no intelecto e orienta o ser, o sentir e o agir. Esta consciência coletiva ultrapassa o indivíduo, existindo antes e continuando a existir depois dele, e assim não abre precedentes para arbítrio. Em contrapartida, torna os indivíduos apoiados, acolhidos e firmes.

Para pensar socialização em uma perspectiva contemporânea, tomamos como representantes Berger e Luckmann, para quem a socialização ocorre por meio da interiorização da realidade e é examinada sob duplo aspecto: a socialização primária e a socialização secundária, em uma perspectiva de negociação entre indivíduo e sociedade. Além destes, outros sociólogos, estudiosos do tema, também contribuem para essa reflexão, como Claude Dubar, teórico contemporâneo que analisa o fenômeno da socialização profissional. É importante considerar que o “[...] conceito de socialização é bastante discutível em sua aplicação ao desenvolvimento profissional. E os de profissão e profissionalização não menos discutíveis.” (LÜDKE, 1996, p. 12).

2 SOCIALIZAR: FORJAR OU NEGOCIAR UM NOVO SER?

O ato laboral teórico de construir o conceito de socialização em seu aspecto mais abrangente, e de socialização profissional em caráter mais específico, pode ser tomado de distintos teóricos da sociologia. É interessante abrirmos esse arrazoado com alguns questionamentos, para instigar a pensar, e sem pretensões de responder a todos, visto que demanda um trabalho mais profundo e verticalizado. Como ocorre o processo de socialização? E o processo de socialização profissional? Quais os principais fatores que neles interferem? Que relações podem ser estabelecidas entre os campos da formação e da prática? O que assegura a mobilidade e a distribuição no interior dos processos de socialização e de socialização profissional?

Tais indagações se revelam complexas em razão da sua variabilidade no tempo, nos espaços, nas profissões, e por toda a ordem de interesses que movem os indivíduos, os grupos e as instituições neles envolvidos. Na impossibilidade da análise de material empírico que nos permita responder todas as questões de modo contundente, dedicamo-nos a proposições teóricas que permitem a apropriação do que seja socialização primeiramente e socialização profissional em um segundo momento.

Não entendemos aqui o verbete “teoria” apenas em seu caráter etimológico, encontrado nos dicionários e identificado como uma contemplação ou atividade desinteressada, oposta à prática, excludente entre si, que leva a confundir

“[...] abstração com conhecimento desarticulado da realidade” (PEREIRA, 1982, p. 12); ou somente no aspecto de uma doutrina identificada com um corpo ideológico; ou mesmo em uma “[...] certa visão técnica, quase puramente intelectual ou racional do ato de teorizar.” (PEREIRA, 1982, p. 8). É um misto de tudo isso, ligado “[...] muito mais como uma questão de método e de comportamento. Trata-se [...] muito mais da postura que assumimos diante do que nos cerca.” (PEREIRA, 1982, p. 13). Passamos adiante na busca de algumas posturas teóricas que ajudem a compreender o conceito de socialização.

Iniciaremos o argumento buscando entender o conceito de socialização e por aquilo que pode, de início, parecer óbvio: Qual o significado do termo socialização? O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa denota que socialização diz respeito ao “[...] ato de pôr em sociedade.” (FERREIRA, 2004, p. 1865), enquanto o Dicionário do Pensamento Social do Século XX permite avançar na compreensão quando atribui ao termo socialização o seguinte significado: “[...] os processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social.” (JAHODA, 1996, p. 710). E ainda completa:

[...] começam na infância e prosseguem ao longo da vida [...], é um processo de aprendizagem que se apoia, em parte, no ensino explícito e, também em parte na aprendizagem latente [...], na absorção inadvertida de formas consideradas evidentes de relacionamento com os outros. (JAHODA, 1996, p. 711).

Plaisance (2003) afirma que a noção de socialização compõe o cotidiano da educação e que se refere, constantemente, ao modo como os indivíduos se integram na sociedade, adquirem bons hábitos sociais e aprendem a vida coletiva no interior de grupos sociais constituídos. Para este teórico:

[...] enquanto as concepções clássicas de socialização colocam em evidência os efeitos da imposição de normas e valores pela interiorização imposta [...], as concepções contemporâneas insistem na construção do ser social e de sua identidade, através de múltiplas “negociações” com o seu entorno. (PLAISANCE, 2003, p. 179).

Como representante do pensamento clássico, podemos nos valer das ideias de Durkheim (2008), que estabelece uma relação de proximidade entre socialização e educação. A contribuição durkheimiana ao conceito de socialização é aqui entendida como flexível, por exigir a percepção do conjunto de regras expres-

sas pelo binômio regularidade e noção de autoridade, que convergem para o espírito de disciplina, que ao serem incorporados conferem liberdade ao indivíduo.

[...] é possível inclusive afirmar que, ao contrário das aparências, as expressões “liberdade” e “ausência de sentido” carecem de uma verdadeira conexão, precisamente porque a liberdade é fruto da regulamentação. É sob a ação das regras morais, através de sua prática que adquirimos o poder de sermos mestres de nós mesmos, de legislar sobre nós, o que consiste na verdadeira liberdade. (DURKHEIM, 2008, p. 67).

Podemos crer com essa afirmativa durkheimiana, que o indivíduo, quando possui um comportamento que adere mais ou menos ao conjunto de regras constituídas por um grupo específico, concede a ele uma determinada liberdade para circular e se projetar no interior deste grupo. O indivíduo incorpora as regras estabelecidas por seu grupo e as faz funcionar a seu favor, o que implica liberdade e autonomia da vontade. Assim, a socialização é um deixar-se moldar, um deixar-se forjar por determinado grupo de pertença, fazendo com que as propensões individuais sejam abafadas pelas do grupo. Deixar-se socializar traz benefícios para o indivíduo; citamos o exemplo anteriormente dado por Durkheim: a liberdade de reger a nós mesmos. Pensar socialização na perspectiva durkheimiana propõe compreender que se trata da

[...] ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destine. (DURKHEIM, [195-?], p. 32).

O processo de socialização para este teórico está profundamente ligado às ações educativas, como já dissemos. Assim como não há para tal teórico uma educação global, ampla, abstraída de tempo e lugar, que seja “[...] ideal, perfeita, apropriada a todos os homens, indistintamente” (DURKHEIM, [195-?], p. 27), cremos que também não há um modo específico de socialização que cumpra tal função, por ser esse processo variável segundo tempos, lugares e sociedades. Na educação, é impensável um processo de socialização que leve à extinção a sociedade que o pratica, mas sua perpetuação no tempo.

Para o autor, socializar não envolve fatos diversos e independentes da vontade do homem, nem os processos e resultados levados a efeito pelos homens de uma mesma geração de maneira intermitente. Pelo contrário, é uma ação regular

e paulatina, um esforço de toda a sociedade, não apenas do presente, mas também do passado. O processo de socialização ocorre quando há uma geração de adultos exercendo influência sobre crianças e adolescentes, com o fim de harmonizá-los, adequá-los ao seu grupo social de origem; transmitir todo o patrimônio social é função do processo de socialização, com vistas à promoção social. Socialização é um processo não entregue ao arbítrio individual. Ela se difere nas sociedades segundo seu momento de desenvolvimento e “[...] se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível.” (DURKHEIM, [195-?], p. 28).

Pensar esse conceito na perspectiva durkheimiana requer proximidade com a história, na qual não cabem abstrações do tempo e lugar, mas as regularidades daquilo que é comum, em que educação pode ser usada como sinônimo de socialização. Nesse aspecto, como acontece com a educação, para que o processo de socialização ocorra é necessário “[...] um conjunto de atividades e de instituições, lentamente organizadas no tempo, solidárias [...] instituições essas que por consequência, não podem ser mudadas à vontade, mas só com a estrutura mesma da sociedade.” (DURKHEIM, [195-?], p. 27).

A socialização compreende a conformação aos costumes da sociedade; costumes que não podem ser desrespeitados gravemente, sob a pena de sanção e inaptidão para se viver em harmonia com os contemporâneos. Cada momento social exige um tipo regulador de socialização, do qual os indivíduos não podem se separar “[...] e que restringem as veleidades dos dissidentes.” E ainda: estar socializado é ter incorporado um ser novo, o ser social, feito de “[...] costumes e ideias que determinam esse tipo” que “[...] não fomos nós, individualmente, que o fizemos. São produtos da vida em comum e exprimem suas necessidades.” (DURKHEIM, [195-?], p. 28). Socializar envolve uma inserção em causas históricas; é um conceito que não pode ser compreendido fora de tais causas que imprimem em cada ser social a noção de sentimento da lei e de disciplinamento interno ou externo, instituídos pela sociedade.

Compreender o que o autor entende por socialização demanda, como sugere o próprio teórico, aprender a conhecer, saber a natureza do ato socializador, de quais fatores ele depende, estudá-los, observá-los, entender que não são determinados somente pela dialética para poder sobre eles atuar, para determinar seus fins, cujo mais evidente é a preparação das gerações mais jovens para viver em sociedade. No aspecto referente à educação, ainda que ela repouse sobre uma base comum, existe um “certo número de ideias, de sentimentos e de práticas” a serem inculcadas “[...] a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que per-

tençam.” (DURKHEIM, [195-?], p. 30). Isso ocorre pela socialização. Analisemos agora um conceito mais contemporâneo, expresso nas ideias de Berger e Luckmann (2009), especialmente na obra *A construção social da realidade*.

Estes autores, representantes de uma concepção mais contemporânea, compreendem a realidade como uma construção social negociada, que ocorre em virtude da institucionalização originada por atividades habituais, que moldam um padrão a ser reproduzido com economia de esforços, em face da sedimentação e tradição, isto é, do *quantum* de experiências retido na consciência, consolidadas “[...] como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 92); pela distribuição dos papéis sociais intercambiáveis; pela extensão e modos de institucionalização que ocorrem de acordo com o espaço dado pelo social para as ações não institucionalizadas; pelos modos de legitimação dos universos simbólicos. Tudo isso contribui para compor a sociedade como realidade objetiva.

Podemos compreender que socialização para estes teóricos passa por inserir o indivíduo em duas realidades que compõem a realidade social: uma realidade objetiva e outra subjetiva. Isso ocorre por meio das socializações primária e secundária. A sociedade se compõe subjetivamente segundo os mesmos teóricos, por meio da interiorização da realidade, que acontece pela socialização primária, que “[...] termina quando o conceito do outro generalizado [...] foi estabelecido na consciência do indivíduo.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 178), e pela socialização secundária, que “[...] depende do *status* do corpo de conhecimento em questão no interior do universo simbólico em totalidade.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 180).

A primeira, como é com a sociedade, pode ser compreendida em três momentos distintos, mas interdependentes e intemporais em ordem de acontecimento. São eles: a exteriorização, a objetivação e a interiorização. Desse modo, é impensável pensar um processo de socialização pleno que exclua qualquer uma das três etapas, contudo, para o conceito de socialização nos dedicamos, neste trabalho, especialmente ao processo de interiorização.

Conforme as ideias de Berger e Luckmann (2009, p. 167), socializar significa “[...] estar em sociedade, significa participar da dialética da sociedade.” Para eles, por não nascer um membro da sociedade, o indivíduo está predisposto a ser socializado, a se tornar membro da sociedade. Esse processo socializador se inicia com a “[...] interiorização, a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente sig-

nificativo para mim.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 167-168). Socializar envolve economizar esforços de se passar pelas mesmas experiências de outros indivíduos e torná-las expressivas e objetivas.

Socializar por meio da interiorização acarreta a compreensão do semelhante e a “[...] apreensão do mundo como realidade dotada de sentido.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 168). É assumir um mundo do qual outros já fazem parte, para mudá-lo de modo criador ou até mesmo recriá-lo. A interiorização, para os autores, em seu caráter mais complexo, não diz respeito apenas a compreender as subjetividades momentâneas do outro, mas a partir da compreensão do mundo no qual o outro vive, tornar este mundo o próprio. Não é participar com o outro do tempo efêmero, fugaz e amplo. É compreender as definições das situações que são partilhadas de maneira recíproca. É estabelecer uma ligação “[...] de motivações que se estende para o futuro.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 168) e participar do ser do outro.

De acordo com eles, “[...] somente depois de ter realizado este grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 169), e cumpre uma primeira etapa do processo ontogenético, a socialização primária, ocorrida na infância. Tudo o que acontece após isso faz parte da socialização secundária. Os teóricos definem socialização “[...] como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 169).

A socialização primária é considerada por estes autores de valor incalculável, porque estrutura toda a socialização secundária. O processo de socialização ocorre pela mediação de outros significativos que são impostos e que apresentam a realidade como objetiva, mas modificada durante o percurso mediador, em razão das distintas cargas de subjetividade que cada indivíduo carrega, bem como dos grupos aos quais pertence. Estas cargas podem variar até mesmo intragrupos. Esta primeira socialização ocorre sob o domínio de uma forte carga de emoção, sem a qual o processo “[...] seria difícil, quando não de todo impossível.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 170). Os autores afirmam que as ligações emocionais, quaisquer que sejam, admitem que:

[...] a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. Por meio dessa identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 170).

Não se trata de um processo mecânico e unilateral, mas de identificação pelos outros e de uma autoidentificação com a identidade objetivamente atribuída ao indivíduo e a identidade da qual ele se apropria subjetivamente. É um processo de negociação entre o objetivo do outro significativo e o subjetivo de cada um. A identidade nominal interiorizada indica uma localização, uma determinada posição dentro da sociedade.

Socializar, para Berger e Luckmann (2009, p. 172), é criar na consciência infantil um processo de “[...] abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral”, denominada de “outro generalizado”, que revela uma identificação do indivíduo com a sociedade, por meio da qual ele adquire uma identidade geral e os sentimentos de estabilidade e continuidade. A aquisição de uma identidade geral é uma fase decisória no processo socializador, que ocorre simultaneamente com a interiorização da linguagem, a qual caracteriza “[...] o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento de socialização” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 173), e precisa ser interiorizada acima de qualquer outro aspecto.

O processo de socialização primária não acarreta dificuldades de identificação, visto que é a sociedade que fornece um corpo definido de outros significativos, aceito pelo ser que está se socializando; ainda que ele não seja passivo a este processo e participe do jogo, as regras são preestabelecidas pelos adultos. Nesse período “[...] os conteúdos específicos que são interiorizados [...] variam naturalmente de sociedade para sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 175), sequencialmente definidos e são uma aquisição entrincheirada na consciência. É o “[...] reconhecimento social do crescimento e diferenciação biológica”, afetado também por uma “[...] ordem institucional global.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 176-177). A partir da socialização primária ocorrem as socializações secundárias, que indicam novas interiorizações.

Por socializações secundárias entende-se todo e “[...] qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 169). As socializações secundárias ocorrem em razão da existência em todas as sociedades da divisão de trabalho. Compreendem a interiorização de outros mundos para além daqueles adquiridos durante o processo de socialização primária. Berger e Luckmann (2009, p. 178) fazem compreender que:

[...] a socialização secundária é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. A ex-

tensão e o caráter destes são, portanto, determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento.

Os teóricos se referem ao conhecimento específico, necessário para que o indivíduo assuma determinadas funções sociais, que exige interiorização (objetiva e subjetiva) de uma linguagem específica, de acordos tácitos e normativos, adquiridos por meio da divisão do trabalho. Quem o adquire (o conhecimento), geralmente é legitimado por uma instituição, com seus símbolos e rituais que o definem. Entretanto, por ser um “submundo”, é uma realidade coerente, mas sempre parcial e que “[...] depende do *status* do corpo de conhecimento em questão no interior do universo simbólico em totalidade.” (BERGER, LUCKMANN, 2009, p. 180). A socialização secundária pressupõe uma variabilidade sócio-histórica, trata com uma personalidade já estruturada e com um mundo anteriormente interiorizado na socialização primária. De igual modo, os limítrofes biológicos se constituem, cada vez menos, consideráveis nas seqüências da aprendizagem. Em suma,

[...] enquanto a socialização primária não pode ser realizada sem a identificação, carregada de emoção, da criança com seus outros significativos, a maior parte da socialização secundária pode dispensar este tipo de identificação e prosseguir eficientemente só com a quantidade de identificação mútua incluída em qualquer comunicação entre seres humanos. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 182).

A conservação e a transformação da realidade subjetiva se processam de modo rotineiro, ou seja, ligado à manutenção da “realidade interiorizada na vida cotidiana”, ou de maneira crítica, que se refere à realidade “em situações de crise” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 191). Tanto o modo rotineiro quanto o crítico acontecem ocorrem em uma estrutura social específica e demandam “frustração biológica”. Para os teóricos,

O homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, este mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética, o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 233).

Procuramos abordar, no pensamento dos autores, os processos que permitem compreender o conceito de socialização; aquilo que constrói o indivíduo

em sociedade, a partir da interiorização dos processos objetivos e subjetivos da realidade que compõe grupos específicos. A começar pelo entendimento do conceito de socialização, visto neste texto em uma vertente clássica, expressa nas ideias durkheimianas de forjar um ser social, e em uma mais contemporânea, que defende a perspectiva das negociações com outros subjetivos significativos manifestados nos pensamentos de Berger e Luckmann, debruçamo-nos, daqui em diante, à compreensão dos conceitos de profissão e profissionalização, para, seguidamente, abordar a socialização profissional.

3 PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO: SOLIDARIEDADE E DIFERENCIAÇÃO

Qual o significado do termo profissional? Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo “profissional” se refere a tudo o que é “[...] respeitante ou pertencente à profissão, ou a certa profissão.” (FERREIRA, 2004, p. 1637). Complementando o termo, evidencia-se que vem de profissão, que significa “ato ou efeito de professar”, de declarar ou “confessar” publicamente “[...] uma crença, sentimento, opinião ou modo de ser”, ou ainda denota uma “[...] atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo.” (FERREIRA, 2004, p. 1637). Para Dubar (2005, p. 164), “[...] o termo profissão deriva dessa profissão de fé cumprida por ocasião das cerimônias rituais de admissão nas corporações.”

Para “profissional”, este dicionário faz referência a profissões liberais, desenvolvendo-o a partir das perspectivas sociológicas de Durkheim (1950), Parsons (1951), Carr-Saunders e Wilson (1933), no pensamento funcional; de Gilb (1966), Navarro (1976), em uma representação mais radical do poder e do controle; e, de Milton Friedman (1962), que aborda a profissão inspirado no liberalismo clássico de Adam Smith. Para Popkewitz (1997, p. 38), a utilização da palavra “profissão”

[...] não implica a existência de uma definição fixa ou universal, independente do tempo e do lugar. Bem pelo contrário, profissão é uma palavra de construção social, cujo conceito muda em função das condições sociais em que as pessoas a utilizam.

Este teórico assinala que não pode haver “[...] unanimidade quanto a um significado universal da palavra profissão.” (POPKEWITZ, 1997, p. 38). Incorporado à língua de diferentes países, o termo profissão objetiva “[...] descrever as formações sociais do trabalho no contexto da classe média, a importância cada

vez maior da especialização no processo de produção/reprodução” (POPKEWITZ, 1997, p. 38) da vida material em sociedade. A especificidade requerida pelo termo, além de questões como sua relevância social, consolidadas pela mitificação das características das atividades profissionais, legitimadoras de poderes instituídos, de autoridade e de dependência de um determinado contexto social, envolve “[...] as lutas políticas, os confrontos e os compromissos que estão envolvidos na formação das profissões.” (POPKEWITZ, 1997, p. 39).

Bourdoncle (1991, p. 73)¹ observa que “[...] o conceito de profissão e termos relacionados têm se envolvido com a essência das universidades, desde que se tornaram públicas as instituições científica, cultural e profissional.” Para este teórico, ainda que estes termos figurassem na “ordem do dia” no período, sua origem era muito mais antiga e cita os estudos acerca deles, desenvolvidos desde o início do século XX, sem se deter historicamente às corporações de ofício, tradição de uma Europa ocidental. Ele certifica que:

[...] pensar sobre o que é uma profissão começou no início do século com Flexner (1915) e, posteriormente, Parsons (1939) para os Estados Unidos, e S. B. Webb (1917) e mais tarde, Carr-Saunders e Wilson (1932) para a Inglaterra. Desde então, a sociologia profissional se tornou um dos mais abundantes da sociologia anglo-saxã. (BOURDONCLE, 1991, p. 74).

Bourdoncle (1991, p. 77) admite, ainda, que por meio do empenho dos teóricos Marx e Durkheim, o estudo da divisão social do trabalho humano “[...] é uma das áreas mais produtivas da investigação sociológica.” Desse fenômeno das profissões, este autor distingue três domínios na produção anglo-americana: sociologia do trabalho, sociologia das ocupações e sociologia das profissões. Cada domínio se circunscreve da seguinte forma:

A primeira centra-se na natureza do trabalho e sua experiência, com gestos, rotinas, relações e responsabilidades, junto a cada sociologia do trabalho, que se dedica aos estudos da natureza do trabalho, rotinas, relações e responsabilidades associadas a cada trabalho. A sociologia das profissões (sociologia da ocupação), [...] interessadas no emprego como um todo, com seu lugar na hierarquia do trabalho, o tipo de carreira que se oferece aos profissionais e constroem, cultura específica, partilha de conhecimentos, crenças e valores. (BOURDONCLE, 1991, p. 77).

Diante da divisão exposta por Bourdoncle, depreendemos que profissão não é uma categoria que se possa pensar isoladamente. A própria subdivisão posta

pela sociologia ao distinguir trabalho, ocupação e profissão, denota a complexidade, visto que, quando um indivíduo se socializa na profissão, ao mesmo tempo a exerce, e esse exercício imprime sentido ao entorno do praticante e funda-se em uma gama de relações. Popkewitz reconhece no termo profissão um rótulo. Para ele, tal dístico,

[...] é utilizado para identificar um grupo altamente formado, competente, especializado e dedicado que corresponde efetiva e eficazmente à confiança pública. Mas o rótulo profissional é mais do que uma declaração de confiança pública; é uma categoria social que concede posição social e privilégios a determinados grupos. (POPKEWITZ, 1997, p. 40).

Sobre a mesma temática, Valle (2003, p. 82-83) compreende que a profissão está ligada às formas históricas pelas quais a sociedade se organiza e envolve questões como a

[...] categorização das atividades de trabalho que constituem apostas políticas, inseparáveis das relações entre o Estado e o indivíduo [...] formas históricas de realização própria, dos quadros de identificação subjetiva e de expressão dos valores de ordem ética, que têm significados culturais. [...] formas históricas de coalizão de atores que defendem seus interesses tentando assegurar e manter um fechamento de seu mercado de trabalho, um monopólio para suas atividades, uma clientela assegurada para seu serviço, um emprego estável e uma remuneração elevada, um reconhecimento de sua especialização.

A citação literal do pensamento da autora contribui para a percepção da complexidade que envolve o termo profissão. Ela não compreende o termo como genérico, mas considera a extensão de sua abrangência entre terrenos do subjetivo e do objetivo, bem como a sua dimensão histórica, que requer mutação.

Já a expressão profissionalização, para Popkewitz (1997, p. 46), deriva da “tradição social e intelectual” desenvolvida pelo “iluminismo europeu”. Por iluminismo europeu, o autor compreende uma tradição que depositou fé na razão e na racionalidade como possibilidade de transformação do mundo. O iluminismo “[...] representou uma filosofia política que concedia às pessoas responsabilidade pública na organização de suas próprias vidas.” (POPKEWITZ, 1997, p. 46).

Dentro desse panorama, cabe o enquadramento da profissionalização como uma prática construída socialmente e politicamente determinada que enrede relações de poder, responsabilidade profissional, “visões de mundo”, linguagem apropriada, interlocutores específicos, regras a obedecer, rituais, simbologias,

operacionalizações destinadas a produzirem e a reproduzirem tal mundo. Trata-se de um processo que “[...] nunca é neutro e desprovido de implicações sociais.” (POPKEWITZ, 1997, p. 48). Para ele, os termos profissão e profissionalização não possuem significados intrínsecos e somente adquirem sentido quando relacionados “[...] a outras palavras, a padrões sociais e a cenários institucionais.” (POPKEWITZ, 1997, p. 49).

Abordando o tema da profissionalização, no artigo intitulado *O eufemismo da profissionalização*, Shiroma (2003, p. 65) o entende como:

[...] o processo pelo qual uma semiprofissão vai gradualmente agregando os critérios que constituem uma profissão. Pauta-se em dois elementos: o primeiro é a aquisição de certos aspectos institucionais e a conquista do *status* de profissão por meio do reforço das fronteiras que as distinguem das demais ocupações, aumentando as credenciais requeridas para exercê-la; o outro elemento é a melhoria da qualidade dos serviços fornecidos por meio do aprimoramento das habilidades e conhecimento dos praticantes.

Para a autora é um processo gradativo que constitui a ação de se profissionalizar, tornar-se digno de crédito, a partir da diferenciação, da perícia especializada em relação a outras ocupações, do conhecimento *sui generis* e da institucionalização que confere legitimidade à ocupação. É fazer-se distinto.

Valle, em seu livro *A era da profissionalização*, aborda o processo de formação e de socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série em Santa Catarina. Lastima que no Brasil, até o ano de publicação de seu trabalho (2003), poucos estudos se dedicassem a pensar o processo de profissionalização, por sociólogos das profissões ou da educação. Ao mesmo tempo, ressalta os esforços da perspectiva sócio-histórica, que permitem acompanhar “[...] certas transformações do mundo do trabalho e a evolução do próprio sentido da palavra profissão.” (VALLE, 2003, p. 83).

O processo da profissionalização exige trunfos instigadores do “[...] engajamento individual e coletivo e a consolidação do *status* da profissão [...] neutralizando a noção de identidade menor: *subprofissão, pseudoprofissão, profissão marginal, quase-profissão ou semiprofissão.*” (VALLE, 2003, p. 85, grifo do autor). Enfim, a profissionalização figura no centro das expectativas dos profissionais modernos e é demarcada por fatores históricos, legais, político-institucionais, político-sindicais e individuais, que foram assinaladas anteriormente, como as ideias que estimulam o entendimento de socialização, profissão e profissionalização. Dedicamo-nos daqui para diante ao trato da socialização profissional.

4 SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL: O MUNDO OBJETIVO E SUBJETIVO DA PROFISSÃO

A terminologia “sociologia das profissões” é alvo de diferentes significados na Língua Francesa, como esclarece Dubar (2005), e comporta pelo menos três sentidos: totalidade dos empregos, profissões liberais e científicas e ofício “métier”. Estes últimos têm uma origem comum, as corporações, que na Idade Média (séculos XI-XV) diziam respeito aos que possuíam e aos que não possuíam o direito ao corpo, o direito de pertencer a uma corporação. É importante considerar que até o século XIII, antes da criação das universidades, o trabalho era pensado como sinônimo de arte, e arte pertencente às corporações. Era estabelecimento da distinção entre os que possuíam e os que não possuíam o direito de estar ligado ao “corpo”.

Dessa maneira, as artes liberais e as artes mecânicas, os artistas e os artesãos, os trabalhadores intelectuais e os manuais “[...] faziam parte de um mesmo tipo de organização corporativa que assumia a forma de ofício juramentado em cidades juramentadas onde se professava uma arte.” (DUBAR, 2005, p. 164).

Ao estar ligado às corporações, era mister que o indivíduo exercesse disciplina sobre si para colher, ao favor, os louros da competência laboral. Para se beneficiar da profissão era preciso que o incorporado defendesse seus monopólios e privilégios com vistas ao bem comum. Ser admitido em uma corporação trazia consigo a responsabilidade de cumprir os juramentos, ser observador das regras, guardião dos segredos e tributador de honra e respeito a todos os pertencentes à corporação.

Dubar (2005), a respeito do desenvolvimento e consolidação das universidades, observa que a relação antes estreita entre artes mecânicas e atividades do espírito, dissociam-se a partir da expansão dessas instituições. Este teórico afirma que as profissões oriundas das Sete Artes Liberais,² ensinadas nas universidades e que requerem esforços do espírito (razão), passaram a opor-se aos ofícios que se originam das artes mecânicas, braçais e que demandam o maior uso das mãos em detrimento da razão.

É possível, a partir dessa separação feita entre as mãos e a razão, compreender que a socialização profissional se desenvolve de modos distintos para as profissões geradas a partir das Sete Artes Liberais e dos ofícios, gerados a partir das artes mecânicas. Esta socialização profissional foi estruturando:

Um conjunto de distinções socialmente estruturantes e classificadoras que se produziram através dos séculos: cabeça/mãos, trabalhadores intelectuais/trabalhadores manuais, alto/baixo, nobre/vil, etc. Não obstante, oficiais e profissio-

nais participam de mesmo modelo de origem: as corporações – isto é “corpos, confrarias e comunidades” no interior dos quais os membros “eram unidos por laços morais e por um respeito das regulamentações detalhadas de seu *status*”. (DUBAR, 2005, p. 165).

A socialização profissional concede legitimidade social ao indivíduo, posiciona-o em um lugar social específico, atribui-lhe um estado reconhecido e incorporado por meio da eficácia simbólica contida nos ritos sociais solenes e públicos, construídos nos tempos e espaços distintos ocupados no interior da profissão e do ofício. Profissão e ofício eram atados em similitude pela dignidade e qualidade. Era compor um corpo *sui generis* entre o indivíduo e a comunidade, estreitado por laços morais e legais.

O autor admite que o fenômeno da profissão não é consensual aos fundadores da sociologia, porém, todos “[...] atribuíram uma importância fundamental à análise das atividades profissionais em sua reflexão teórica e em seus trabalhos empíricos.” (DUBAR, 2005, p. 167). Ao fazer uma incursão nos estudos sociológicos, Dubar, inspirado em Nisbet, faz referência à obra *Os operários europeus*, de Le Play (1855), como um trabalho científico precursor no tratamento das ocupações. A obra de Le Play era regida por três critérios: “[...] o ofício exercido; a posição ocupada no interior da profissão e a natureza do contrato” que ligava “o operário ao patrão.” (DUBAR, 2005, p. 167). A socialização profissional recebia fortes influências das origens econômicas, da vida em comunidade e era um fator que deveria gerar sentido ao entorno do indivíduo, por envolver um trabalho, um ofício e crenças em comum. A corporação, por inculcar autonomia e autoridade sobre seus cooperados, pode compor para eles um meio moral. A regularidade, a não intermitência do ofício em “todos os momentos da vida, em todos os lugares”, exerce “um império que abrange grande parte da existência” (DURKHEIM, 2003, p. 417), como não ocorre em outras instituições. A corporação enquadra, chama ao dever, ampara quando é preciso, abrange quase toda a amplitude da vida, dispõe-se a conhecer nos detalhes das ocupações, sempre orientadas para a coletividade, sendo, portanto, passível de arrancar o indivíduo do isolamento moral, função que outros grupos não cumpriram eficazmente de acordo com este autor. E essa tarefa é que não pode ser dispensada. É preciso que as condições de organização das corporações fossem colocadas em outras bases, na perspectiva durkheimiana, para que ela cumprisse esta função. Deveria, para o teórico, ultrapassar a “[...] situação de grupo privado, que a lei autoriza, mas o Estado ignora, para a de um órgão definido e reconhecido no contexto da vida pública” (DURKHEIM, 2003,

p. 417), condição sem a qual não pode se elevar à categoria de exercer um poder moral. Exige combinar qualidades de desempenhar um determinado papel social, que o diferenciassse de outros, visto que:

[...] à medida que a divisão do trabalho progride, o direito e a moral, embora estejam assentados sempre sobre os mesmos princípios gerais, adquirem uma forma diferente para cada função particular. Além dos direitos e dos deveres que são comuns a todos os homens, há os que dependem das características específicas de cada profissão, cujo número e importância aumentam à medida que a atividade profissional vai se desenvolvendo e diversificando. (DURKHEIM, 2003, p. 418-419).

Sobre o argumento da corporação como condição de construção e exercício de uma direção moral, cabe indagar: As corporações profissionais contemporâneas efetivamente oferecem direção moral ao indivíduo ou o alienam? É necessário considerar que a direção moral não retira a autonomia do indivíduo. Castells permite analisar essa questão, quando interpreta a sociedade contemporânea como uma *Sociedade em Rede*. Para ele, “[...] a Sociedade em Rede é a nossa sociedade, a sociedade constituída por indivíduos, empresas e Estado operando num campo local, nacional e internacional.” (CASTELLS, 2005, p. 9). Em sua análise, este sociólogo argumenta que a tecnologia da informação penetra em todas as esferas da atividade humana, o que o conduz a examinar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, a partir da tecnologia da informação. Afirma que a sociedade não é determinada pela tecnologia, mas a incorpora e a sociedade utiliza a inovação tecnológica sem determiná-la. Desse modo, se as corporações oferecem uma direção moral ela se constrói “[...] em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, [que desenham uma] identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída [que] torna-se a fonte básica de significado social.” (CASTELLS, 2000, p. 23). As redes globais se ligam e (des)ligam segundo suas próprias estratégias, contudo, a organização dos indivíduos ou mesmo sua direção moral, ocorre com fundamento no que eles são ou confiam que são. A constituição de uma direção moral na sociedade contemporânea, a sociedade em rede, da informação, ocorre pelo rompimento com as barreiras de espaço e de tempo, diferentemente da sociedade industrial. Nesta última, a ação do homem sobre o meio é direta, acontece em espaços circunscritos e em consonância com o tempo e o espaço físico. Na primeira, rede e ser afetam-se mutuamente, e assim, a direção moral é muito mais complexa, considerando que as “[...] redes constituem a nova morfologia de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes

modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.” (CASTELLS, 2000, p. 497). Nesse sentido, é importante reconhecer, nas formas de organização social, desde as mais remotas às mais complexas, a importância dos grupos profissionais, visto que contribuem para a constituição do ser em seus diferentes contextos. A influência destes grupos repousa no fato de que são instituições capazes de criarem interesses mútuos, comuns e de agruparem condições que propiciam “o desenvolvimento de ideias e sentimentos sociais”, e principalmente capazes de “ascender à categoria de personalidade coletiva.” (DURKHEIM, 2003, p. 416).

Durkheim (2003, p. 398), em *O Suicídio*, afirma que “[...] só temos um indício objetivo, determinado através da experiência e suscetível de ser controlado pelos outros, no qual possamos reconhecer a existência de tal necessidade: a universalidade.” Podemos crer que a socialização profissional, ao buscar intensamente atrair a atenção da consciência pública, objetiva a busca da universalidade do indivíduo, que foi fragmentada entre cabeça e mãos, afirmada pela necessidade de multiplicidade da divisão do trabalho social, na qual a “[...] dignidade humana é o fim último da conduta dos indivíduos, em que o homem é um Deus para o homem.” (DURKHEIM, 2003, p. 400).

A socialização profissional, ao constituir essa outra disciplina moral nos indivíduos, “[...] se esforça acima de tudo por inculcar nele a idéia de seu grande valor”, onde “[...] bastam certos jogos de circunstâncias [...] suficientemente flexíveis e maleáveis” (DURKHEIM, 2003, p. 400), que, se desenfreados, podem gerar desejos e ambições extremas, na busca de *status* no interior de um determinado campo profissional, quando pode se constituir em estado patológico. Em uma sociedade capitalista, fundamentada na acumulação e no progresso, os indivíduos não possuem muitas qualidades comuns e suas relações estão pautadas na superficialidade, na intermitência, na rivalidade e competição, que os arranca da condição de cooperadores. Isso impede a formação de sentimentos de solidariedade e o surgimento de um ambiente moral, propício a contribuir com o propósito de regulamentar a vida social. À medida que a sociedade capitalista

[...] inculca nos homens esse preceito de que é um dever progredir, é muito mais difícil levá-los à resignação; por conseguinte o número de descontentes e inquietos não pode deixar de aumentar. Portanto, qualquer moral de progresso e de aperfeiçoamento implica sempre algum grau de anomia. (DURKHEIM, 2003, p. 400).

A socialização profissional, com a construção valorativa do indivíduo, visa sim, construir nele um estado de solidariedade ao ser coletivo que o precedeu no tempo, que o ultrapassará e a ele será superior em todos os aspectos. O indivíduo somente apreende sentido do exercício da profissão quando se percebe “[...] um instrumento de um fim que o ultrapassa.” (DURKHEIM, 2003, p. 411). Pertencer a um grupo profissional é sujeitar-se a uma força moral capaz de impor uma lei e de fazer participar “em grau suficiente das coisas desse mundo”, que permitem ao indivíduo atribuir a elas o valor que lhes é devido.

Exercer uma profissão é participar de um círculo restrito e especializado. É uma regra imperiosa da conduta humana. Exige esforço e progresso equilibrados. Na concepção de Durkheim (s/d, p. 30) “[...] cada profissão, constitui um meio *sui generis*, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é rígido por certas ideias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas.” Em “[...] um homem cujo gosto pela atividade nunca ultrapasse o nível médio, não poderia se manter em uma situação em que se exigisse dele um esforço excepcional.” (DURKHEIM, 2003, p. 401). A socialização profissional contribui para que:

[...] o indivíduo tenha consciência de que caminha com um objetivo, e isso não só de tempos a tempos, mas em cada instante de sua vida. Para que a existência não lhe pareça inútil, é preciso que a veja servir continuamente para um fim que lhe diga respeito diretamente. (DURKHEIM, 2003, p. 412).

Quando a sociedade oferece ao indivíduo um objetivo de vida mais próximo de sua atividade, ela está de posse de uma organização suficientemente forte e capaz de cumprir o papel de “aprisionar” o indivíduo de modo mais firme. Podemos entender que a socialização profissional contribui para que o homem se dedique a finalidades superiores, submeta-se a regras com as quais tenha comunhão de ideias, e, assim, construa um sentimento de “aprisionamento” social, sem o qual está entregue a si mesmo, e, conseqüentemente, à desmoralização.

Dubar (2005, p. 169) analisa algumas das perspectivas clássicas como nostálgicas, e tem o propósito de pensar a socialização profissional assentada na “[...] relação dos homens com seu trabalho em uma perspectiva comunitária e tenta definir as condições de uma organização econômica socialmente viável”, considerando, em sua reflexão, o desenvolvimento das profissões como uma característica de uma sociedade civilizada, um dos processos que impulsiona a modernização, que se distancia das transmissões hereditárias para se assentar em critérios de competência e especialização.

Ele admite, em suas reflexões, que “[...] a profissão frequentemente adquire uma dimensão comunitária estruturante de todo o sistema social.” (DUBAR, 2005, p. 169). Ainda que antinomias entre tradição herdada e livre escolha de formações e profissões ocorram, a socialização profissional ocorre no campo específico da prática da profissão, envolve as dimensões objetivas e subjetivas e está constantemente transpassada e ao mesmo tempo transpassa o sistema social, contribuindo para a sua constituição.

Pensamos com Durkheim (1983) que, por serem as sociedades constituídas de distintas combinações que originam em si mesmas novas relações, sempre há dentro de uma sociedade desencadeamento de novos fenômenos, já contidos de antemão, não nos elementos sociais, mas no todo social formado, por meio dos seus indivíduos, como elementos ativos de distintas naturezas. A sociedade não existe em si mesma, mas na complexidade da interação formada por seus diversos elementos. Podemos agregar a ideia de que, no aspecto pertinente às profissões, são as necessidades eminentemente sociais que tendem a fazer aparecer, a oscilar e a desaparecer as tarefas especializadas, isto é, a profissionalizar e a desprofissionalizar.

Se considerarmos que as profissões se estruturam, reestruturam-se e institucionalizam-se dentro das sociedades, aceitamos que elas não somente se impõem aos indivíduos, que a elas aderem; mas que eles são por elas comandados, constrangidos, desejando-as, e de seu funcionamento, e no próprio constrangimento recebem vantagens.

Esse comportamento moral cabe também em relação à socialização profissional, ao dever ser da profissão, ou então, como nos coloca Durkheim (1983, p. 31), da adesão à pressão exercida pela “[...] consciência de um grupo sobre a consciência de seus membros”, e “[...] segundo o prestígio de que estão investidas certas representações: nisto está o que apresentam de inteiramente especial.” A adesão ou rejeição ao grupo profissional ao qual o indivíduo pertence lhe reserva um lugar e uma socialização profissional específica no seu interior.

O grupo profissional age sobre os indivíduos com suas crenças e práticas sociais, a partir do exterior, imprimindo-lhes formas de pensar e de agir profissionalmente, ou seja, imprimindo distintas socializações profissionais que “[...] a cada momento do tempo, com elas se conformam.” (DURKHEIM, 1977, p. 30). A socialização profissional como um fato social tem como efeito “[...] fixar, na consciência do indivíduo as bases fundamentais e gerais de toda moral” (DURKHEIM, 1983, p. 3), considerando que ela

[...] é, sempre, obra de um grupo, e só pode funcionar se esse grupo a proteger com sua autoridade. É feita de regras que comandam os indivíduos, que os obrigam a agir desta ou daquela maneira, que impõem limites a seus pendores, e os proibem de ir mais longe. (DURKHEIM, 1983, p. 6).

Isso não significa que as recebamos passivamente, sem lhes causar modificações; desse modo, ao individualizar as profissões, imprimimos nelas marcas de personalidade, ainda que em um campo limitado.

5 CONCLUSÃO

A década de 1960 e início dos anos 1970 foram plenos de acontecimentos que permitiram examinar como se processa o fenômeno da socialização e da socialização profissional. As transformações observadas nas bases da estrutura econômica, que se deslocou do modelo agrícola para o industrial e que provocou o êxodo rural; no campo político, pela instabilidade do regime que oscilou entre democráticos e ditatoriais; no setor da educação escolar, voltado historicamente à formação das elites, passou a ser o principal instrumento de formação das massas e de mudanças de mentalidades geradoras de novos grupos sociais. As transformações prometeram ambiente de aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação, ao mesmo tempo que ameaçam destruir tudo o que temos, o que sabemos e o que somos. O processo de mundialização se expandiu, lançando-nos em um turbilhão que não preserva nada e ninguém.

Tais transformações tornaram complexas as bases da constituição dos processos de socialização e de socialização profissional como instituidores da ideia de pertencimento social. Neste escrito procuramos compreender algumas abordagens dessas categorias, que se desdobram na necessidade de entender o que é profissão e profissionalização, por se fundirem e serem fundamentos para o entendimento do que seja socialização profissional.

A socialização profissional é um processo por meio do qual os indivíduos constroem valores, atitudes, conhecimentos e habilidades que lhes permitem e justificam ser e estar em uma determinada profissão. É um processo de concretização dos ideais profissionais. Sob um aspecto mais objetivo, a socialização profissional constitui-se no processo de traduzir em práticas profissionais os conhecimentos inerentes à profissão. E, sob o aspecto subjetivo, constitui-se na efetiva identificação, adesão à profissão e ao outro, pela compreensão do mundo no qual

ele está e por tornar tal mundo o seu próprio. Muito além de qualquer circunscrição, é um modo de consolidação de uma identidade individual e coletiva.

Por meio da combinação de fatores individuais e sociais, é que se constroem as identidades dos indivíduos. As forças atuantes que dão forma ao processo de constituição identitária são biográficas, mas também relacionais. Assim, o trabalhador, ao longo do exercício de sua função profissional, vai assumindo esta forma. O processo de interiorização dos sujeitos significativos, por meio da socialização profissional, demanda conhecer como os distintos profissionais se identificam com seus pares, com seus superiores, com outros grupos profissionais, diferentes representações coletivas que erigem diversas identidades no trabalho, que as afastam do caráter puramente biográfico para assentá-las na experiência social e relacional com o poder. O processo de socialização profissional se diferencia conforme os ofícios, mas se estiver ligado aos outros, forma um sistema único, submetido à ação do Estado, responsável por manter o sentimento contínuo de solidariedade.

Assim, o processo de socialização diz respeito à aprendizagem e à internalização de normas e de valores, *sui generis* de um determinado meio ou grupo social, no qual os indivíduos e os grupos estão inseridos, e objetivam integrar, desenvolver o sentimento de pertencimento do indivíduo à sociedade. Socializar profissionalmente é fazer das relações profissionais o lócus de experimentação e de enfrentamento dos desejos de ser reconhecido em contextos de desigualdade de acesso, movidos por complexidades de poder.

A profissão e a socialização profissional não são um acontecimento fugaz, passageiro, mas um investimento na busca de reconhecimento pelos pares. É uma negociação que se pode constatar objetivamente por meio das análises de situações de trabalho e de sistemas sociais institucionais. Dos resultados desta negociação é que emergem as identidades daqueles que se comprometem ou são comprometidos por tais negociações.

Notas explicativas:

¹ Todas as referências a Bourdoncle são de tradução livre.

² As Sete Artes Liberais, conhecidas como *Trivium* e *Quadrivium*, envolviam o estudo da Gramática, Lógica, Retórica, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia e estavam separadas em dois grupos: o *Trivium*, que demandava entrecruzar e articular as três primeiras artes (Gramática, Lógica e Retórica) objetivava “[...] o provimento de disciplina à mente, para encontrar expressão na linguagem, principalmente no estudo da matéria e do espírito.” O segundo grupo, o *Quadrivium*, articulava Aritmética, Geometria, Música e Astronomia e tinha como objetivo providenciar “[...] os meios e os métodos para o estudo da matéria, que estavam sujeitos ao aprimoramento na área das disciplinas superiores (Medicina, Direito e Teologia).” (BASTOS, 2013).

REFERÊNCIAS

- BASTOS, R. **Trivium e Quadrivium – as Artes Liberais**. Disponível em: <http://www.gostodeler.com.br/materia/15254/trivium_e_quadrivium__as_artes_liberais.html>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 31. ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDONCLE, R. La Professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. **Revue Française de Pédagogie**, n. 94, p. 73-91, 1991.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Org.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Nacional, 20 mar. 2005.
- _____. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, É. **A educação Moral**. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia).
- _____. **Educação e Sociologia**. Tradução Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos. 5. ed. [195-?].
- _____. **Lições de Sociologia**: a Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: T. A. Queros: Ed. Universidade de São Paulo, 1983.
- _____. Objetividade e identidade na análise da vida social. In: **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- _____. **O Suicídio**. Tradução Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção A obra-prima de cada autor. Série Ouro).
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

JAHODA, M. Socialização. In: OUTHWAITE, W.; BOTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LÜDKE, M. Sobre a socialização profissional de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Papirus, n. 99, p. 5-15, nov. 1996.

PEREIRA, O. **O que é teoria?** São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

PLAISANCE, É. Socialização: modelo de inclusão ou modelo de interação? **Percursos – Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis: Ed. Udesc, v. 4, n. 1, 2003.

POPKEWITZ, T. S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

SHIROMA, E. O. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. M. (Org.). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimentos e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VALLE, I. R. **A era da profissionalização**: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

Recebido em 6 de setembro de 2012

Aceito em 18 de março de 2013